

Ecossistema do crime

[RESUMO] Para pesquisadores, combate à pilhagem dos recursos e à expansão do crime organizado na Amazônia demanda fortalecimento de instituições públicas e cooperação entre os países da região

Por **Adriana Abdenur, Ilona Szabó e Robert Muggah**

Adriana Abdenur é coordenadora da Divisão de Paz e Segurança do Instituto Igarapé. Ilona Szabó é diretora-executiva do mesmo instituto, e Robert Muggah é diretor de pesquisa da instituição

O futuro da mudança climática será decidido na Amazônia. Cinco milhões e meio de quilômetros quadrados de floresta, o maior rio do planeta em vazão e cerca de um quinto da água doce do mundo —sem esquecer que, em partes da região, não se sabe quase nada do que acontece debaixo das copas das árvores. Duas coisas, contudo, são certas: a pilhagem está ocorrendo, o que acarreta a proliferação de mineiros ilegais, garimpeiros, traficantes, jagunços, grileiros, bandidos envolvidos em exploração sexual e tráfico de pessoas. A Amazônia abriga hoje um vasto ecossistema de redes de crime organizado que cresce, se espalha, ameaça a lei e a ordem e põe em risco nossa sobrevivência coletiva.

Já há sinais de que a violência organizada foge do controle. Belém (PA), Macapá (AP) e Manaus (AM) estão entre as cidades com as mais altas taxas de homicídio do mundo, alguns dos lugares mais perigosos do planeta para ativistas de direitos humanos, ambientalistas e jornalistas.

O ritmo do desmatamento voltou a crescer após significativa diminuição. Quase 20% do bioma já foi devastado —seja para abrir caminho para a insaciável demanda global por gado, soja e açúcar, seja para abastecer os mercados globais de madeira e ouro. Até 2030 uma quantidade semelhante deverá ter sido desmatada. A menos que o Brasil e os outros países amazônicos mudem de rumo, a situação pode piorar.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) tem indicado que pretende liberar ainda mais terras protegidas —especialmente as indígenas— para gigantes da mineração. Esse processo deve ser acelerado por um pacote de infraestrutura recentemente anunciado para projetos de grande escala. Desmatamento e extração mineral muitas vezes reforçam o submundo criminoso e estimulam um ciclo vicioso de mudança climática, subdesenvolvimento e insegurança. Isso pode, inclusive, minar uma prioridade-chave do governo federal brasileiro —redução da corrupção e da lavagem de dinheiro, do crime organizado e de crimes violentos.

A Amazônia é terreno de concessões gigantescas para a mineração. Políticas federais e locais garantiram generosos incentivos fiscais para elevar e instigar a extração de bauxita, cobre, ferro, manganês e ouro. Imensos conglomerados mineradores estão invadindo terras indígenas e poluindo solo e rios. A mineração ilegal de ouro tornou-se um negócio enorme na região, tanto por grandes empresas quanto por grupos improvisados. Existem dezenas de milhares de garimpeiros apenas no Brasil.

Em municípios como Itaituba (PA), às margens do rio Tapajós, a mineração ilegal representa de 50% a 70% da economia. Uma cidade de garimpeiros encontrada pelo Exército na Terra Indígena Yanomámi, localizada nos estados de Roraima e Amazonas, movimentava R\$ 32 milhões por mês com extração ilegal de ouro.

Na fronteira com a Guiana, há cerca de 20 mil brasileiros trabalhando em minas clandestinas. Buscam também diamantes e coltan (mistura de columbita e tantalita utilizada em aparelhos eletrônicos portáteis). Assentamentos improvisados, jogos, prostituição, tráfico de pessoas, trabalho escravo e jagunços se aglomeram nos locais onde prolifera a mineração ilegal. Povos indígenas e quilombolas são as principais vítimas dessa corrida do ouro moderna.

A mineração ilegal de ouro é muito atrativa para grupos criminosos, incluindo os do tráfico de drogas. A bacia Amazônica abrange os três produtores de coca do mundo —Bolívia, Colômbia e Peru. Cartéis e facções da cocaína diversificaram seus negócios para aquela atividade.

Em algumas circunstâncias, a facilidade de extração e venda e a fraca presença do Estado tornam o ouro mais valorizado que a cocaína. Muitos traficantes usam os locais de garimpo como centros de distribuição.

Entre Brasil e Colômbia, dissidentes das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e guerrilheiros do ELN (Exército de Libertação Nacional) controlam grandes áreas de mineração. Traficantes de facções criminosas brasileiras começam a se mobilizar. As Forças Armadas do Brasil têm realizado operações —em conjunto com suas contrapartes colombianas— para tirar esse controle das mãos das organizações nacionais e estrangeiras, com enorme dificuldade.

As consequências são terríveis: rios são dragados e dinamitados, destruindo ecossistemas locais, e o mercúrio do garimpo contamina sistemas alimentares de toda a bacia. Em aldeias Yanomámi na fronteira Brasil-Venezuela, mais de 90% dos habitantes foram contaminados pelo metal de alta toxicidade.

As organizações criminosas usam tecnologia de ponta para obter lucros ilegais. Os grupos se conectam por serviços de mensagens criptografadas, o que dificulta o monitoramento. Muitas das transações são efetuadas com criptomoeças. As polícias Federal e Civil não recebem recursos suficientes para mapear a mineração ilegal e sua articulação com outras modalidades de crime.

Por conta da imensa escala do negócio e da incapacidade das forças de segurança, os criminosos operam com impunidade e contribuem para os níveis epidêmicos de mineração ilegal. No caso da Venezuela, o regime de Nicolás Maduro vem apostando pesadamente no garimpo, à medida que a produção petrolífera do país cai.

Faz-se necessária fiscalização mais forte na mineração e nas cadeias de suprimento a ela associadas. Isso demandará maior investimento e coordenação entre Polícia Federal, promotores, inteligência e Forças Armadas para interromper a economia política da mineração ilegal.

Entidades públicas como o Ibama precisam de injeção significativa de recursos e de poderes discionários. Investimentos socioeconômicos também são essenciais, especialmente em áreas vulneráveis, para fornecer alternativas viáveis aos jovens envolvidos em atividades ilegais.

Devido às dimensões transnacionais do crime organizado, a cooperação internacional é fundamental, o que exige uma mudança de atitude. O discurso oficial que enfatiza a soberania nacional como um valor absoluto impede uma solução eficaz e conjunta. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica —composta por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela— enfrenta dificuldades para avançar em sua agenda.

Apesar de esforços de cooperação, polícias e militares, procuradores e agências de inteligência raramente compartilham informações, que dirá executar operações conjuntas. A única forma de desarticular as redes de crime organizado de modo sustentável na Amazônia é a adoção de uma abordagem coordenada, o que requer liderança política e capacidade técnica. Os países da região terão de superar a desconfiança mútua. São cruciais um acordo quanto às prioridades, um melhor alinhamento de objetivos estratégicos e de política e a realização de operações conjuntas. Isso deve ser acompanhado de medidas legais para combater a corrupção nas instituições do Estado.

Esses esforços exigirão alto grau de discernimento diplomático e de destreza política. Nossa sobrevivência depende disso. ◀

nal), segundo o qual a Amazônia era “um vazio” que precisava ser preenchido. Nesse “vazio” viviam milhares de indígenas que não aceitavam obras que avançassem sobre suas terras sem esclarecimento ou compensação. Na época, oficiais das Forças Armadas diziam em público que o índio não poderia ser um empecilho ao desenvolvimento —palavras quase inteiramente repetidas por integrantes do governo Bolsonaro.

O primeiro esforço dos militares e da Funai para “pacificar”, como dizem na época, os waimiris atroaris, terminou na chacina de 11 pessoas da expedição do padre italiano João Calleri, em 1968. Mais três massacres se sucederam, com vítimas na Funai e na obra, até dezembro de 1974, quando os militares acionaram o BIS (Batalhão de Infantaria de Selva) e anunciaram que a estrada passaria a qualquer custo.

Três anos depois, quando a obra foi concluída, indígenas e antropólogos fizeram as contas e concluíram ter havido imensa mortandade entre os índios. Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade calculou em mais de 2.500 óbitos. Restaram cerca de 350 indígenas. Graças a um programa de indígenas e antropólogos com recursos de uma indenização da Eletro Norte, hoje os índios comemoram 2.160 habitantes, crescimento populacional extraordinário que mostra como a demarcação de terras é fundamental para a sobrevivência de um grupo étnico.

O Exército sempre se recusou a admitir que algum índio tenha sido morto a tiros durante as obras. Mas dois coronéis da reserva disseram saber, em entrevistas para o livro “Os Fuzis e as Flechas” (2017), de autoria deste repórter, que índios morreram a tiros —um deles chegou a falar em 40 vítimas, depois recuou sobre o número. O Exército nunca se manifestou sobre esses depoimentos. Do outro lado, surgem testemunhos que apontam para uma política de extermínio a fim de dobrar a resistência waimiri-atroari.

A denúncia de que ocorreram massacres por mãos militares vinha sendo contada ao longo do tempo por diferentes observadores, como Porfirio Carvalho, o missionário Egídio Schwade e o padre Silvano Sabatini, que em 1998 lançou um livro em parceria com o jornalista Antonio Carlos Fon.

Em 2012, o procurador da República Júlio José Araújo Júnior começou um trabalho de coleta e análise de indícios conhecidos. Dois procedimentos simultâneos foram abertos em defesa dos waimiris-atroaris: um a respeito dos impactos do linhão e outro sobre asações da ditadura, tocado com o procurador Fernando Soave.

Em 2017, o MPF ajuizou uma ação civil pela qual pede o pagamento de indenização de R\$ 50 milhões aos índios pelos danos causados na ditadura, o reconhecimento de crimes cometidos contra eles e um pedido de desculpas do Estado brasileiro. A juíza federal Raífaela Cássia de Sousa acolheu o pedido e abriu a ação.

Em 27 de fevereiro, a data em que Bolsonaro reuniu o Conselho de Defesa Nacional, um evento inédito ocorreu no território waimiri-atroari: uma audiência para tomada de depoimentos de índios, feita pela Justiça Federal, a fim de apurar detalhes sobre ações da ditadura militar. OMPF e a Justiça Federal já haviam atuado para reparar crimes contra outras etnias, como os panará e os xavantes de Mato Grosso e o eteknak de Minas Gerais. Pela primeira vez, contudo, uma juíza federal foi ouvir os índios em seu próprio território e em sua língua nativa.

“O pessoal que estava lá na aldeia, já não tinha mais. Isso eu vi pessoalmente, pessoal morto, muita gente, muita gente. A aldeia era inteira. [...] Muita gente morta, criança, menina, tudo, tudo”, narrou à juíza o indígena Wamé Viana Atroari.

“Mas estavam sangrando, como é que eles estavam, você lembra?”, quis saber o procurador Araújo. “Fomos correr voltar para nossa aldeia, pegar nossas armas também, verificar o que aconteceu. [...] Afirmos assim, pessoal morto, outro estava deitado, outro estava cortado no pescoço, outro furado no pescoço dele lá.”

A aldeia citada por Wamé se chama Somodu. Um de seus habitantes era Baré Bomaldo, que também esteve na audiência. “Foi um ataque de ve-

neno do homem branco. [...] Era dia de festa. Era dia de marubá. Marubá é uma festa de iniciação do menino guerreiro. O povo estava reunido. Vieram pessoas de outras aldeias para a festa. [O ataque] foi terrestre e por cima, de helicóptero. Era veneno, jogado em cima assim da maloca. Perdi meu pai, minha mãe, minha irmã e meu irmão. Sou o único sobrevivente da família”, disse Bomaldo. Segundo ele, os agressores usavam uniformes do Exército.

Mais quatro indígenas deram depoimentos no mesmo sentido: veneno, esfaqueamentos, homens armados, uniformes verdes. Pela primeira vez, em sua própria voz e terra, os waimiris-atroaris emprestaram corpo e densidade às piores suspeitas. A União, representada pelos advogados André Petzhold Dias e Matheus Belém Ferreira, procurou, na audiência, colocar em dúvida os relatos.

Ao lado dos advogados, havia um coronel da reserva do Exército —enviado, segundo ele e outros militares, pelo Comando Militar da Amazônia. Morador de Bagé (RS), o coronel Hiram Reis e Silva apresentou-se como grande conhecedor da questão. Reconheceu, porém, que só participou da obra na fase da manutenção, a partir de 1982. Indígenas confirmaram que o coronel “só chegou depois, não viu nada do que aconteceu”.

Na internet, Hiram distribuiu acusações a diversos atores e instituições. Chama a Comissão da Verdade de “Comissão da Inverdade” e um dos maiores conhecedores da etnia waimiri-atroari, professor de antropologia da UnB (Universidade de Brasília), de pseudoantropólogo. Acusa os waimiris-atroaris de terem recebido “civilizados” suas “piores qualidades, tentando a todo custo auferir lucro mesmo que tenham de vender suas almas ao próprio diabo”. Diz ainda que o MPF se baseia “em testemunho de personagens sem nenhuma credibilidade e fazendo afirmações sem apresentar qualquer tipo de provas fundamentadas”.

O coronel Hiram, na prática, não faz nada diferente do que vem fazendo o Exército: negar e negar.

O procurador da República Júlio Araújo disse que não há esforço nenhum do Exército “para assegurar a elucidação da verdade”. Apesar das evidências, há um “negacionismo” do Exército quanto às violações decorrentes de ataques diretos às comunidades. Busca-se relativizar o genocídio, limitando-o às tarefas de “pacificação”, como se estas já não fossem etapa de um processo genocida que era alternado com políticas de extermínio. A União pretende mostrar que houve um conflito em que os índios é que atacavam e as forças do Estado reagiam mediante uso adequado da força, tendo havido mortes apenas por força de doenças decorrentes do contato.

Em audiência no ano passado, o procurador Araújo questionou o então presidente da Funai, general Franklberg Freitas, reconduzido ao cargo no governo Bolsonaro, sobre o direito dos índios ao pedido de desculpas. Ele ficou em silêncio.

Para os indígenas, sobrou só a ação do general Theophilão ao papa João Paulo 2º, um mea-culpa que os últimos comandantes do Exército nunca aceitaram fazer. Os waimiris-atroaris que esperem. ◀

